

PLANO DE FISCALIZAÇÃO INTEGRADA NAS ÁREAS PROTEGIDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



**Coordenadoria de Fiscalização Ambiental
Coordenadoria de Parques Urbanos
Polícia Militar Ambiental
Fundação Florestal
Instituto Florestal
Instituto de Botânica**

São Paulo

Sumário

PREÂMBULO	3
1. INTRODUÇÃO	3
2. OBJETIVO GERAL.....	4
3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	4
4. ÁREA DE ABRANGÊNCIA.....	5
4.1. Unidades de Conservação administradas pela Fundação Florestal	5
4.2. Unidades de Conservação administradas pelo Instituto Florestal	7
4.3. Unidades de Conservação administradas pelo Instituto de Botânica	8
4.4. Unidades de Conservação e Parques administrados pela Coordenadoria de Parques Urbanos	8
5. EQUIVALÊNCIA ADMINISTRATIVA.....	10
5.1. UC administradas pela Fundação Florestal	10
5.2. UC administradas pelo Instituto Florestal	12
5.3. UC administradas pelo Instituto de Botânica	13
5.4. UC administradas pela Coordenadoria de Parques Urbanos	13
6. FONTES DE PRESSÃO E AMEAÇAS ÀS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ...	13
7. REGIÕES COM MAIOR NÚMERO DE AUTOS DE INFRAÇÃO AMBIENTAL	15
8. TIPOS DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO	16
9. FORMAS DE ATUAÇÃO	17
10. ETAPAS PARA A EXECUÇÃO DO PLANO DE FISCALIZAÇÃO:	18
10.1. Constituição dos Grupos de Trabalho	18
10.2. Estabelecimento de Reuniões Operacionais e Regionais	18
10.3. Atividades, locais e órgãos envolvidos na fiscalização.	20
11. PLANOS OPERACIONAIS DE FISCALIZAÇÃO DAS UC	22
11.1. Setores	22
11.2. Identificação das Áreas de Interesse de Segurança Ambiental ou Áreas Críticas	23
12. MONITORAMENTO AMBIENTAL.....	24
13. PROGRAMAS DE SUPORTE	25
14. ESTRATÉGIAS PARA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE FISCALIZAÇÃO	25
15. RESPONSABILIDADES.....	25

PLANO DE FISCALIZAÇÃO INTEGRADA NAS ÁREAS PROTEGIDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PREÂMBULO

O Plano de Fiscalização Ambiental das Unidades de Conservação de Proteção integral do Estado de São Paulo foi instituído por meio da Resolução SMA 76 de 26/09/ 2012 com a finalidade de sistematizar atuação integrada entre a Coordenadoria de Fiscalização Ambiental, as unidades de policiamento da Polícia Militar Ambiental, a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, o Instituto Florestal e o Instituto de Botânica para melhor assegurar os atributos que justifiquem a proteção desses espaços.

Por meio deste mesmo instrumento legal, foi criado o Grupo Gestor Operacional com a atribuição de acompanhar e monitorar o Plano bem como propor alterações e aperfeiçoamento junto aos dirigentes das instituições participantes.

1. INTRODUÇÃO

Este Plano de Fiscalização tem como objetivo o estabelecimento ações integradas de fiscalização e monitoramento dos recursos naturais no interior e zona de amortecimento das Unidades de Conservação da Natureza administrada pelo Governo do Estado de São Paulo, integrando os diversos órgãos que atuam no controle e fiscalização dessas áreas com o propósito de otimizar os esforços na contenção das degradações ambientais e na restauração ambiental.

O Estado de São Paulo possui 3,76 % de sua área territorial declarada como Unidade de Conservação da Natureza sob a administração do Instituto Florestal, Instituto de Botânica e Fundação Florestal, sendo esta última responsável pela maior porção em termos de áreas e Unidades declaradas.

As Unidades de Conservação prestam importantes serviços ambientais para a comunidade dentre os quais a preservação da qualidade da água para abastecimento público; o controle de erosão e enchentes; a segurança contra desastres naturais. São nesses espaços geográficos que se encontram os últimos remanescentes da vegetação da Mata Atlântica e do Cerrado no Estado de São Paulo, biomas de grande diversidade biológica. Protegem também a paisagem, os monumentos naturais, os sítios arqueológicos e os patrimônios históricos e culturais.

A Coordenadoria de Fiscalização Ambiental e a Polícia Militar Ambiental, reconhecendo e enaltecendo a importância desses espaços protegidos, ambicionam conter as degradações ambientais nas Unidades de Conservação

por meio deste Plano de Fiscalização, em parceria com os órgãos gestores dessas Unidades de Conservação da Natureza.

2. OBJETIVO GERAL

Executar ações de fiscalização dos crimes e infrações administrativas ambientais em Unidades de Conservação da Natureza do Grupo de Proteção Integral gerenciadas pela Fundação Florestal, Instituto Florestal e Instituto de Botânica bem como buscar prevenir e antecipar-se às ações de degradantes.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Potencializar as ações de fiscalização preventiva em áreas de zona de amortecimento das UC que se encontram sob ameaças (atividades que têm probabilidade de ocorrer e causar impacto negativo na unidade, em geral provenientes do entorno. Exemplos: invasão por espécies exóticas (brachiária ou pinus, risco de fogo, atividades minerárias)
- Potencializar as ações de fiscalização no interior das Unidades de Conservação em pontos sob pressão (atividades que causam impactos negativos, realizadas por terceiros). Exemplos: caça, desmatamento ilegal, corte seletivo de espécies – palmito, invasão de espécies exóticas, criação de animais, ocupação humana, pesca;
- Padronizar entre as instituições envolvidas os procedimentos e conceitos essenciais ao exercício da fiscalização ambiental;
- Estabelecer metodologia para o planejamento, execução e controle das ações de rotina e operações integradas;
- Sistematizar o fluxo de informações de interesse operacional, subsidiando a consolidação dos bancos de dados das instituições envolvidas;
- Estabelecer a rotina de reuniões de gerência operacional e de coordenação regional;
- Integrar as ações de fiscalização com os demais agentes de outras esferas administrativas (Prefeitura, Ministério Público, PGE e outros); e
- Estabelecer indicadores que mensurem a produtividade e eficácia operacional.

4. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

As Unidades de Conservação (UC) participantes do Plano de Fiscalização abrangem uma área de 964.913,33 ha. Inicialmente, foram integradas ao plano as UC de proteção integral e, ao longo de sua implantação, algumas unidades do grupo de uso sustentável também foram inseridas estrategicamente, assim como a Coordenadoria de Parques Urbanos (CPU) da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA) foi integrada ao grupo, bem como alguns parques urbanos sob sua administração.

Assim, fazem parte do SIM, unidades das categorias de Estação Ecológica, Estação Experimental, Floresta Estadual, Monumento Natural, Parque Estadual, Refúgio da Vida Silvestre e Reserva Biológica, e outras áreas como Parques Ecológicos e Hortos Florestais.

4.1. Unidades de Conservação administradas pela Fundação Florestal

A Fundação Florestal gerencia 51 das Unidades abrangidas no Plano. O Parque Estadual da Serra do Mar é a maior Unidade de Conservação, com área de mais 332 mil hectares. Em seguida, as maiores áreas são: Parque Estadual Rio Turvo, com quase 74 mil hectares; Parque Estadual Intervalles com aproximadamente 42 mil hectares; Parque Estadual Lagamar de Cananéia e Parque Estadual Caverna do Diabo, cada um com cerca de 40 mil hectares.

Parque Estadual	Área (ha)
P.E. Aguapeí	9.043,97
P.E. Assessoria da Reforma Agrária (ARA)	40,67
P.E. Campina do Encantado	2.359,50
P.E. Campos do Jordão	8.341,00
P.E. Cantareira	7.916,52
P.E. Carlos Botelho	37.644,36
P.E. Caverna do Diabo	40.219,66
P.E. Furnas do Bom Jesus	2.069,06
P.E. Ilha Anchieta	828,00
P.E. Ilha do Cardoso	13.500,00
P.E. Ilhabela	27.025,00
P.E. Intervalles	41.704,27
P.E. Itaberaba	15.113,11
P.E. Itapetinga	10.191,63
P.E. Itinguçu	5.040,00
P.E. Jaraguá	492,68
P.E. Juquery	1.927,70
P.E. Jurupará	26.250,47
P.E. Lagamar de Cananéia	40.758,64
P.E. Mananciais de Campos do Jordão	502,96
P.E. Morro do Diabo	33.845,33
P.E. Nascentes do Paranapanema	22.268,94
P.E. Prelado	1.828,00

P.E. Porto Ferreira	611,55
P.E. Restinga de Bertiooga	9.312,32
P.E. Rio do Peixe	7.720,00
P.E. Rio Turvo	73.893,87
P.E. Serra do Mar	332.290,00
P.E. Turístico do Alto Ribeira	35.712,00
P.E. Vassununga	2.071,42
P.E. Xixová-Japuí	901,00
Área total	811.423,63

Na categoria de Estação Ecológica, a EE Jureia-Itatins¹ é a maior de todas, com quase 85 mil hectares, seguida pela EE Jataí com 9 mil ha e EE Xituê com 3 mil ha.

Estação Ecológica	Área (ha)
E.E. Bananal	884,00
E.E. Barreiro Rico	292,82
E.E. Bauru	287,98
E.E. Caetetus	2.178,84
E.E. Chauás	2.699,60
E.E. Ibicatu	76,40
E.E. Itaberá	180,00
E.E. Itapeti	89,47
E.E. Jataí	9.074,63
E.E. Juréia-Itatins	84.825,00
E.E. Mata do Jacaré (São Carlos)	75,26
E.E. Paulo de Faria	435,73
E.E. Ribeirão Preto	154,16
E.E. Valinhos	16,94
E.E. Xituê	3.095,17
Área total	104.366,00

Na categoria de Monumentos Naturais existem dois, Pedra Grande, localizado na região Metropolitana de São Paulo e Pedra do Baú, na região de Campos do Jordão.

Monumentos Naturais	Área (ha)
MONA Pedra do Baú	3.154,00
MONA Pedra Grande	3.297,01
Área total	6.451,01

O Refúgio de Vida Silvestre Ilhas do Abrigo e Guararitama, que integra o Mosaico Jureia-Itatins.

¹ A partir de abril de 2013, a EE Jureia-Itatins passou a integrar o do Mosaico Jureia-Itatins.

Refúgio de Vida Silvestre	Área (ha)
RVS Ilhas do Abrigo e Guararitama	481,00
Área total	481,00

A Reserva Estadual Águas da Prata também está inserida no Plano.

Reserva Estadual	Área (ha)
R.E. Águas da Prata	48,40
Área total	48,40

Apesar das Florestas Estaduais não estarem enquadradas como Unidade de Proteção Integral, inclui-se neste Plano a Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade por tratar-se de área pública, com importante fragmento florestal e pelo fato de sofrer pressões similares aos parques e estações ecológicas, como invasão, fogo e caça.

Floresta Estadual	Área (ha)
F.E. Edmundo Navarro de Andrade	2.230,53
Área total	2.230,53

4.2. Unidades de Conservação administradas pelo Instituto Florestal

O Instituto Florestal administra 26 das Unidades de Conservação participantes do Plano e está em processo de transição de mais uma UC, hoje administrada pela UNESP, a Estação Ecológica do Noroeste Paulista.

Estação Ecológica	Área (ha)
E.E. Angatuba	1.394,15
E.E. Assis	1.760,64
E.E. Avaré	719,02
E.E. Itapeva	106,77
E.E. Itirapina	2.300,00
E.E. Marília	607,14
E.E. Mogi-Guaçu	980,71
E.E. Noroeste Paulista*	68,63
E.E. Paranapanema	635,20
E.E. Santa Bárbara	2.712,00
E.E. Santa Maria	1.301,35
Área total	12.585,61

As Estações Experimentais, Florestas Estaduais e Horto Florestal, embora não estejam na categoria de proteção integral foram integradas ao plano devido a sua importância para o estado e tendo em vista, que algumas delas estão localizadas em áreas contíguas às Estações Ecológicas.

Estação Experimental	Área (ha)
E.Ex. Araraquara	117,66
E.Ex. Buri	1.080,60
E.Ex. Itapetininga	6.706,78
E.Ex. Itapeva	1.873,23
E.Ex. Itararé	2.379,05
E.Ex. Itirapina	3.199,92
E.Ex. São José do Rio Preto	220,37
E.Ex. Tupi	198,48
Área total	15.776,09

Floresta Estadual	Área (ha)
F.E. Assis	2.816,42
F.E. Avaré II	646,54
F.E. Batatais	1.475,62
F.E. Bebedouro	99,79
F.E. Cajuru	1.909,56
F.E. Pederneiras	1.941,45
F.E. Piraju	680,00
Área total	9.569,38

Horto Florestal	Área (ha)
H.F. Sussui	9,68
Área total	9,68

4.3. Unidades de Conservação administradas pelo Instituto de Botânica

O Instituto de Botânica administra 03 Unidades de Conservação abrangidas no Plano.

Reserva Biológica	Área (ha)
R.B. Alto da Serra do Paranapiacaba	336,00
R.B. Mogi-Guaçu	450,00
Área total	786,00

Parque Estadual	Área (ha)
P.E. Fonte do Ipiranga	540,00
Área total	540,00

4.4. Unidades de Conservação e Parques administrados pela Coordenadoria de Parques Urbanos

A Coordenadoria de Parques Urbanos (CPU) administra 03 unidades abrangidas no Plano, sendo um Parque Estadual e dois Parques Ecológicos.

Parque Ecológico	Área (ha)
P.Ec. Guarapiranga	330,00
P.Ec. Várzea do Embu-Guaçu	129,00
Área total	459,00

Parque Estadual	Área (ha)
P.E. Alberto Lofren	187,00
Área total	187,00

Estão integradas ao Plano de Fiscalização **84 Unidades de Conservação** espalhadas no Estado de São Paulo, com maior concentração nas regiões sudeste e litoral.

Órgãos		UC	Área (ha)	% de área
Fundação Florestal	31	Parques Estaduais	925.000,57	95,86
	15	Estações Ecológicas		
	2	Monumentos Naturais		
	1	Floresta Estadual		
	1	Refúgio de Vida Silvestre		
	1	Reserva Estadual		
Instituto Florestal	11	Estações Ecológicas	37.940,76	3,93
	8	Estações Experimentais		
	7	Florestas Estaduais		
	1	Horto Florestal		
Instituto Botânico	2	Reservas Biológicas	1.326,00	0,14
	1	Parque Estadual		
Coordenadoria de Parques Urbanos	2	Parques Ecológicos	646,00	0,07
	1	Parque Estadual		
Total	84		964.913,33	100,00

Os decretos que criaram estas Unidades Conservação e os municípios de abrangências encontram-se no ANEXO 01.



Figura 01- UCs integrantes do SIM

5. EQUIVALÊNCIA ADMINISTRATIVA

5.1. UC administradas pela Fundação Florestal

	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	PAMB	CFA	Município
1.	EE Bananal	3ºBPAMB - 4ª Cia - 2º Pel	CTRF7 - Taubaté	Bananal
2.	EE Banhados de Iguape	3ºBPAMB - 2ª Cia - 3º Pel	CTRF3 - Santos	Iguape
3.	EE Barreiro Rico	1ºBPAMB - 3ª Cia - 2º Pel	CTRF8 - Sorocaba	Anhembi
4.	EE Bauru	2ºBPAMB - 2ª Cia - 1º Pel	CTRF6 - Bauru	Bauru
5.	EE Caetetus	2ºBPAMB - 4ª Cia - 1º Pel	CTRF6 - Bauru CTRF5 - Presidente Prudente	Gália e Alvinlândia
6.	EE Chauás	3ºBPAMB - 2ª Cia - 3º Pel	CTRF3 - Santos	Iguape
7.	EE Ibicatu	1ºBPAMB - 4ª Cia - 6º Pel	CTRF1 - Campinas	Piracicaba
8.	EE Itaberá	1ºBPAMB - 3ª Cia - 3º Pel	CTRF8 - Sorocaba	Itaberá
9.	EE Itapeti	1ºBPAMB - 5ª Cia - 2º Pel	CTRFM/NFM2 - Mogi das Cruzes	Mogi das Cruzes
10.	EE Jataí	4ºBPAMB - 4ª Cia - 1º Pel	CTRF9 - Ribeirão Preto	Luis Antônio
11.	EE Juréia-Itatins	3ºBPAMB - 3ª Cia - 3º Pel 3ºBPAMB - 2ª Cia - 1º Pel 3ºBPAMB - 2ª Cia - 3º Pel	CTRF3 - Santos	Peruíbe, Itariri, Miracatu e Iguape
12.	EE Mata do Jacaré (São Carlos)	1ºBPAMB - 4ª Cia - 6º Pel	CTRF6 - Bauru	Brotas
13.	EE Paulo de Faria	4ºBPAMB - 4ª Cia - 1º Pel	CTRF4 - S. J. Rio Preto	Paulo de Faria
14.	EE Ribeirão Preto	4ºBPAMB - 4ª Cia - 1º Pel	CTRF9 - Ribeirão Preto	Ribeirão Preto
15.	EE Valinhos	1ºBPAMB - 4ª Cia - 1º Pel	CTRF1 - Campinas	Valinhos
16.	EE Xituê	1ºBPAMB - 3ª Cia - 3º Pel	CTRF8 - Sorocaba	Ribeirão Grande
17.	FE Edmundo Navarro de Andrade	1ºBPAMB - 4ª Cia - 6º Pel	CTRF1 - Campinas	Rio Claro
18.	PE Aguapeí	2ºBPAMB - 1ª Cia - 2º Pel 2ºBPAMB - 3ª Cia - 2º Pel	CTRF2 - Araçatuba CTRF5 - Presidente Prudente	Monte Castelo, Nova Independência, São João do Pau d'Alho, Castilho, Guaraçai e Junqueirópolis
19.	PE Assessoria da Reforma Agrária (ARA)	1ºBPAMB - 4ª Cia - 1º Pel	CTRF1 - Campinas	Valinhos e Campinas
20.	PE Cantareira	1ºBPAMB - 1ª Cia - 1º Pel 1ºBPAMB - 1ª Cia - 2º Pel	CTRFM/NFM2 - Mogi das Cruzes CTRFM/NFM4 - São Paulo	São Paulo, Caieiras, Mairiporã e Guarulhos
21.	PE Campina do Encantado	3ºBPAMB - 2ª Cia - 4º Pel	CTRF3 - Santos	Pariquera-Açu
22.	PE Campos do Jordão	3ºBPAMB - 4ª Cia - 3º Pel	CTRF7 - Taubaté	Campos do Jordão
23.	PE Carlos Botelho	3ºBPAMB - 2ª Cia - 1º Pel 1ºBPAMB - 3ª Cia - 1º Pel 1ºBPAMB - 2ª Cia - 3º Pel	CTRF3 - Santos CTRF8 - Sorocaba	Sete Barras, Tapiraí, Capão Bonito e São Miguel Arcanjo
24.	PE Caverna do Diabo	3ºBPAMB - 2ª Cia - 2º Pel	CTRF3 - Santos	Eldorado, Iporanga, Barra do Turvo e Cajati

25.	PE Furnas do Bom Jesus	4ºBPAMB - 3ª Cia - 1º Pel	CTRF9 - Ribeirão Preto	Pedregulho
26.	PE Guarapiranga	1ºBPAMB - 2ª Cia - 1º Pel	CTRFM/NFM4 - São Paulo	São Paulo
27.	PE Ilha Anchieta	3ºBPAMB - 2ª Cia - 4º Pel	CTRF7 - Taubaté	Ubatuba
28.	PE Ilha do Cardoso	3ºBPAMB - 2ª Cia - 4º Pel	CTRF3 - Santos	Cananéia
29.	PE Ilhabela	3ºBPAMB - 3ª Cia - 3º Pel	CTRF7 - Taubaté	Ilhabela
30.	PE Intervalos	3ºBPAMB - 2ª Cia - 2º Pel	CTRF3 - Santos	Iporanga, Eldorado, Sete Barras, Ribeirão Grande e Guapiara
		3ºBPAMB - 2ª Cia - 1º Pel		
		1º BPAMB - 3ª Cia - 3º Pel	CTRF8 - Sorocaba	
31.	PE Itaberaba	1ºBPAMB - 5ª Cia - 2º Pel	CTRFM/NFM2 - Mogi das Cruzes	Arujá, Guarulhos, Santa Isabel e Nazaré Paulista
		1ºBPAMB - 1ª Cia - 1º Pel	CTRF1 - Campinas	
		1ºBPAMB - 4ª Cia - 2º Pel		
32.	PE Itapetinga	1ºBPAMB - 4ª Cia - 2º Pel	CTRF1 - Campinas	Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Mairiporã e Nazaré Paulista
		1ºBPAMB - 1ª Cia - 2º Pel	CTRFM/NFM4 - São Paulo	
33.	PE Jaraguá	1ºBPAMB - 1ª Cia - 1º Pel	CTRFM/NFM4 - São Paulo	São Paulo
		1ºBPAMB - 1ª Cia - 3º Pel	CTRFM/NFM1 - Embu	
34.	PE Juquery	1ºBPAMB - 1ª Cia - 2º Pel	CTRFM/NFM4 - São Paulo	Franco da Rocha e Caieiras
35.	PE Jurupará	1ºBPAMB - 3ª Cia - 1º Pel	CTRF8 - Sorocaba	Ibiúna e Piedade
36.	PE Lagamar de Cananéia	3ºBPAMB - 2ª Cia - 2º Pel	CTRF3 - Santos	Cananéia e Jacupiranga
		3ºBPAMB - 2ª Cia - 4º Pel		
37.	PE Mananciais de Campos do Jordão	3ºBPAMB - 4ª Cia - 3º Pel	CTRF7 - Taubaté	Campos do Jordão
38.	PE Morro do Diabo	2ºBPAMB - 3ª Cia - 3º Pel	CTRF5 - Presidente Prudente	Teodoro Sampaio
39.	PE Nascentes do Paranapanema	1ºBPAMB - 3ª Cia - 3º Pel	CTRF8 - Sorocaba	Capão Bonito
40.	PE Porto Ferreira	4ºBPAMB - 4ª Cia - 1º Pel	CTRF1 - Campinas	Porto Ferreira
41.	PE Restinga de Bertiooga	3ºBPAMB - 1ª Cia - 1º Pel	CTRF3 - Santos	Bertiooga
42.	PE Rio do Peixe	2ºBPAMB - 3ª Cia - 1º Pel	CTRF5 - Presidente Prudente	Dracena, Ouro Verde, Piquerobi, Presidente Venceslau
		2ºBPAMB - 3ª Cia - 2º Pel		
43.	PE Rio Turvo	3ºBPAMB - 2ª Cia - 2º Pel	CTRF3 - Santos	Barra do Turvo, Cajati e Jacupiranga
44.	PE da Serra do Mar /Núcleo Bertiooga	3ºBPAMB - 1ª Cia - 1º Pel	CTRF3 - Santos	Bertiooga
	PE da Serra do Mar /Núcleo Caraguatatuba	3ºBPAMB - 4ª Cia - 3º Pel	CTRF3 - Santos	Caraguatatuba, Paraibuna, Natividade da Serra Salesópolis
		3ºBPAMB - 3ª Cia - 1º Pel	CTRF7 - Taubaté	
		3ºBPAMB - 4ª Cia - 1º Pel		
		1ºBPAMB - 5ª Cia - 2º Pel		
PE da Serra do Mar /Núcleo Cunha	3ºBPAMB - 4ª Cia - 2º Pel	CTRF7 - Taubaté	Cunha	
PE da Serra do Mar /Núcleo Curucutu	1ºBPAMB - 2ª Cia - 3º Pel	CTRFM/NFM1 - Embu	Juquitiba, São Paulo, Itanhaém, Mongaguá	
	1ºBPAMB - 2ª Cia - 1º Pel	CTRFM/NFM4 - São Paulo		
	3ºBPAMB - 1ª Cia - 2º Pel	CTRF3 - Santos		
PE da Serra do Mar	3ºBPAMB - 1ª Cia - 3º Pel	CTRF3 - Santos	Peruíbe, Pedro de Toledo,	

	/Núcleo Itariru	1ºBPAMB - 2ª Cia - 3º Pel	CTRFM/NFM1 - Embu	Juquitiba
	PE da Serra do Mar /Núcleo Itutinga-Pilões	1ºBPAMB - 5ª Cia - 2º Pel	CTRFM/NFM2 - Mogi das Cruzes	Biritiba Mirim, Mogi das Cruzes, São Bernardo do Campo, Santo André, São Paulo, Bertioga, Cubatão, Santos, Praia Grande
		1ºBPAMB - 2ª Cia - 2º Pel	CTRFM/NFM3 - S. B. do Campo	
		1ºBPAMB - 2ª Cia - 1º Pel	CTRFM/NFM4 - São Paulo	
		3ºBPAMB - 1ª Cia - 1º Pel	CTRF3 - Santos	
		3ºBPAMB - 1ª Cia - 2º Pel		
	PE da Serra do Mar /Núcleo Picinguaba	3ºBPAMB - 3ª Cia - 2º Pel	CTRF7 - Taubaté	Ubatuba
	PE da Serra do Mar /Núcleo Santa Virginia	3ºBPAMB - 4ª Cia - 1º Pel	CTRF7 - Taubaté	São Luiz do Paraitinga
	PE da Serra do Mar /Núcleo São Sebastião	3ºBPAMB - 3ª Cia - 3º Pel	CTRF7 - Taubaté	São Sebastião, Salesópolis
		1ºBPAMB - 5ª Cia - 2º Pel		
45.	PE Turístico do Alto do Ribeira (PETAR)	3ºBPAMB - 2ª Cia - 2º Pel	CTRF8 - Sorocaba	Apiá e Iporanga
		3ºBPAMB - 2ª Cia - 5º Pel	CTRF3 - Santos	
46.	PE Vassununga	4ºBPAMB - 4ª Cia - 1º Pel	CTRF1 - Campinas	Santa Rita do Passa Quatro
47.	PE Várzea do Embu-Guaçu	1ºBPAMB - 2ª Cia - 3º Pel	CTRFM/NFM1 - Embu	Embu-Guaçu
48.	PE Xixová-Japuí	3ºBPAMB - 1ª Cia - 1º Pel	CTRF3 - Santos	Praia Grande e São Vicente
		3ºBPAMB - 1ª Cia - 2º Pel		
49	Monumento Natural da Pedra Grande	1º BPAMB - 1ª Cia - 2º Pel	CTRF1 - Campinas	Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Mairiporã e Nazaré Paulista
		1º BPAMB - 4ª Cia - 2º Pel	CTRFM/NFM4 - São Paulo	
50.	Monumento Natural da Pedra do Baú	3ºBPAMB - 4ª Cia - 3º Pel	CTRF7 - Taubaté	São Bento do Sapucaí
51.	Reserva Estadual Águas da Prata	1º BPAMB - 4ª Cia - 5º Pel	CTRF1 - Campinas	Águas da Prata

5.2. UC administradas pelo Instituto Florestal

	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	PAMB	CFA	Município
1.	EE Angatuba	1ºBPAMB - 3ª Cia - 3º Pel	CTRF8 - Sorocaba	Angatuba, Guareí
2.	EE Assis	2ºBPAMB - 4ª Cia - 2º Pel	CTRF6 - Bauru	Assis
3.	EE Avaré	1ºBPAMB - 3ª Cia - 2º Pel	CTRF8 - Sorocaba	Avaré
4.	EE Itapeva	1ºBPAMB - 3ª Cia - 3º Pel	CTRF8 - Sorocaba	Itapeva
5.	EE Itirapina	1ºBPAMB - 4ª Cia - 6º Pel	CTRF6 - Bauru	Brotas, Itirapina
6.	EE Marília	2ºBPAMB - 4ª Cia - 1º Pel	CTRF5 - Presidente Prudente	Marília
7.	EE Mogi-Guaçu	1ºBPAMB - 4ª Cia - 4º Pel	CTRF1 - Campinas	Mogi das Cruzes
8.	EE Noroeste Paulista*	1ºBPAMB - 1ª Cia - 1º Pel	CTRF4 - São José do Rio Preto	São José do Rio Preto e Mirassol
9.	EE Paranapanema	1ºBPAMB - 3ª Cia - 2º Pel	CTRF8 - Sorocaba	Paranapanema
10.	EE Santa Bárbara	1ºBPAMB - 3ª Cia - 2º Pel	CTRF6 - Bauru	Águas de Santa Barbara
11.	EE Santa Maria	4ºBPAMB - 4ª Cia - 1º Pel	CTRF9 - Ribeirão Preto	São Simão
12.	EEx Araraquara	4ºBPAMB - 4ª Cia - 2º Pel	CTRF6 - Bauru	Araraquara
13.	EEx Buri	1ºBPAMB - 3ª Cia - 3º Pel	CTRF8 - Sorocaba	Buri
14.	EEx Itapetininga	1ºBPAMB - 3ª Cia - 3º Pel	CTRF8 - Sorocaba	Itapetininga

15.	EEx Itapeva	1°BPAMB - 3ª Cia - 3º Pel	CTRF8 - Sorocaba	Itapeva, Itaberá
16.	EEx Itararé	1°BPAMB - 3ª Cia - 3º Pel	CTRF8 - Sorocaba	Itararé
17.	EEx Itirapina	1°BPAMB - 4ª Cia - 6º Pel	CTRF6 - Bauru	Brotas, Itirapina
18.	EEx São José do Rio Preto	4°BPAMB - 1ª Cia - 1º Pel	CTRF4 - São José do Rio Preto	São José do Rio Preto
19.	EEx Tupi	1°BPAMB - 4ª Cia - 6º Pel	CTRF1 - Campinas	Piracicaba
20.	FE Assis	2°BPAMB - 4ª Cia - 2º Pel	CTRF6 - Bauru	Assis
21.	FE Avaré II	1°BPAMB - 3ª Cia - 2º Pel	CTRF8 - Sorocaba	Avaré
22.	FE Batatais	4°BPAMB - 4ª Cia - 1º Pel	CTRF9 - Ribeirão Preto	Batatais
23.	FE Bebedouro	4°BPAMB - 3ª Cia - 2º Pel	CTRF4 - São José do Rio Preto	Bebedouro
24.	FE Cajuru	4°BPAMB - 4ª Cia - 1º Pel	CTRF9 - Ribeirão Preto	Cajuru, Altinópolis
25.	FE Pederneiras	2°BPAMB - 2ª Cia - 2º Pel	CTRF6 - Bauru	Pederneiras
26.	FE Piraju	1°BPAMB - 3ª Cia - 2º Pel	CTRF8 - Sorocaba	Piraju
27.	HF Sussui	2°BPAMB - 4ª Cia - 2º Pel	CTRF6 - Bauru	Palmital

5.3. UC administradas pelo Instituto de Botânica

	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	PAMB	CFA	Município
1.	RB Alto da Serra do Paranapiacaba	1°BPAMB - 2ª Cia - 2º Pel	CTRFM/NFM3 - S. B. do Campo	Santo André
2.	RB Mogi das Cruzes	1°BPAMB - 4ª Cia - 4º Pel	CTRF1 - Campinas	Mogi das Cruzes
3.	PE Fontes do Ipiranga	1°BPAMB - 1ª Cia - 1º Pel	CTRFM/NFM4 - São Paulo	São Paulo

5.4. UC administradas pela Coordenadoria de Parques Urbanos

	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	PAMB	CFA	Município
1.	PEc Guarapiranga	1°BPAMB - 1ª Cia - 1º Pel	CTRFM/NFM4 - São Paulo	São Paulo
2.	PEc Várzea do Embu-Guaçu	1°BPAMB - 2ª Cia - 3º Pel	CTRFM/NFM1 - Embu	Embu-Guaçu
3.	PE Alberto Löfgren	1°BPAMB - 1ª Cia - 1º Pel	CTRFM/NFM4 - São Paulo	São Paulo

6. FONTES DE PRESSÃO E AMEAÇAS ÀS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

As fontes de pressões e ameaças aos ecossistemas e respectivos serviços ambientais prestados pelas Unidades de Conservação de Proteção Integral são originárias primordialmente da ocupação humana irregular do solo, seguida de algumas atividades econômicas como a pesca de arrasto, mineração e de

transportes em geral. As principais atividades que geram impactos negativos aos ecossistemas são:

Caça

Geralmente está associada à ação invasora dos palmiteiros, mas também é praticada por moradores do interior e entorno das unidades com fins de subsistência, recreação ou venda para o mercado consumidor de carne de caça ou de animais vivos para o tráfico. As comunidades indígenas praticam a atividade periodicamente em caráter de subsistência e cultural. As espécies mais visadas são o porco do mato, paca, anta, veado, capivara, onça, macuco, jacu, jacutinga, uru, nhambu, papagaios e outras aves raras, tatu, tamanduá e macacos. A caça submarina também foi incluída neste item e é realizada como atividade de lazer, geralmente nos finais de semana, em horários diferentes aos usualmente ocupados pelas operadoras de mergulho, que mantêm monitores a bordo e costumam denunciar as atividades ilegais.

Extração ilegal de palmito

É uma extração cujas proporções indicam não ser somente para subsistência, mas também relacionada à geração de renda e, principalmente, ao crime organizado, que atua no corte, transporte, processamento e venda do palmito, principalmente para restaurantes e pizzarias. A retirada do palmito tem consequência direta sobre a fauna, pois mais de 70 espécies de animais se alimentam das sementes do palmito juçara (*Euterpe edulis*), o mais procurado nesta região.

Pressão urbana

Algumas unidades não possuem áreas de transição entre os seus limites e o espaço urbano, sofrendo todos os impactos negativos do processo de desenvolvimento da cidade, principalmente no litoral norte, Baixada Santista e na região metropolitana. A ameaça é contínua uma vez que o processo de crescimento urbano é permanente, tanto no entorno como até mesmo no interior das unidades, assim como são frequentes a especulação imobiliária, as invasões para uso residencial, a venda de sítios ou pequenas áreas de veraneio e também as transações ilegais -venda e compra de terras - visando indenização por parte do Estado.

Ocupação irregular

Os ocupantes de áreas que não foram indenizadas, escrituradas ou não, desenvolvem atividades agrícolas, de moradia e de lazer, que em alguns casos já ocorriam anteriormente à criação das próprias unidades e que estão sempre a demandar ampliação. Como consequência da pressão da fiscalização, muitos ocupantes vendem suas áreas, integralmente ou em fragmentos, sendo este um dos grandes vetores do aumento da ocupação no interior das unidades.

Estradas

As rodovias e estradas que atravessam ou facilitam o acesso a vários pontos das unidades são os principais vetores para todo o tipo de pressão como invasões, especulação imobiliária, novas construções, visitação descontrolada, caça, atropelamento ou interrupção do território de animais silvestres, bem como o escoamento do extrativismo ilegal.

Linhas de transmissão

A construção e manutenção de torres para transmissão de energia elétrica ou sinais de rádio, TV e telefone celular geralmente implicam na abertura de estradas, desmatamento em topos de morro e, no caso dos “linhões”, na supressão periódica de grandes trechos de mata sob a fiação (para manutenção), gerando novos acessos para atividades ilegais. Linhas menores que atravessam a mata muitas vezes causam a morte de animais silvestres, principalmente de primatas de porte médio.

Turismo desordenado

Caracteriza-se principalmente por grupos de turistas que entram nas unidades à revelia da administração. Invadem à procura de cachoeiras e locais de visão panorâmica, percorrendo trilhas a pé e até mesmo de moto ou jipe. Esse acesso ilegal é promovido por agências de turismo em trilhas existentes que ainda não estão estruturadas para o ecoturismo. Ocorre em volume considerável nos feriados e nas férias de verão e inverno. Nas unidades que possuem ambientes marinhos ocorre a atividade de desembarque clandestino na área emersa. Turistas com embarcação própria eventualmente acessam locais não permitidos. As atividades humanas nesses locais prejudicam a reprodução de aves marinhas, como atobás e trinta-réis.

Abertura de trilhas

Bastante relacionadas com o extrativismo ilegal e a caça, podem ocorrer também para o acesso a moradias, roças e ranchos de caça, transporte de material de construção, trânsito de jipeiros, praticantes de “motocross”, ciclistas, trilheiros, cavaleiros e até mesmo praticantes de cultos religiosos.

7. REGIÕES COM MAIOR NÚMERO DE AUTOS DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

A aplicação de Autos de Infração Ambiental (AIA) apenas confirmam a existência de dano ambiental em certa região. Porém a análise de vulnerabilidade de cada região depende de outros indicadores que deverão ser avaliados.

Algumas ações de fiscalização não geram AIA, como por exemplo a ação de fiscalização em trilhas de palmiteiros e caçadores no interior de parques. Também, as ações preventivas de refiscalização de ocupação irregular, geram apenas Boletins de Ocorrências.

Diante deste alerta, apresentamos o mapa das regiões nas quais foram aplicados o maior número de AIA durante o período de 2008 a 2012.

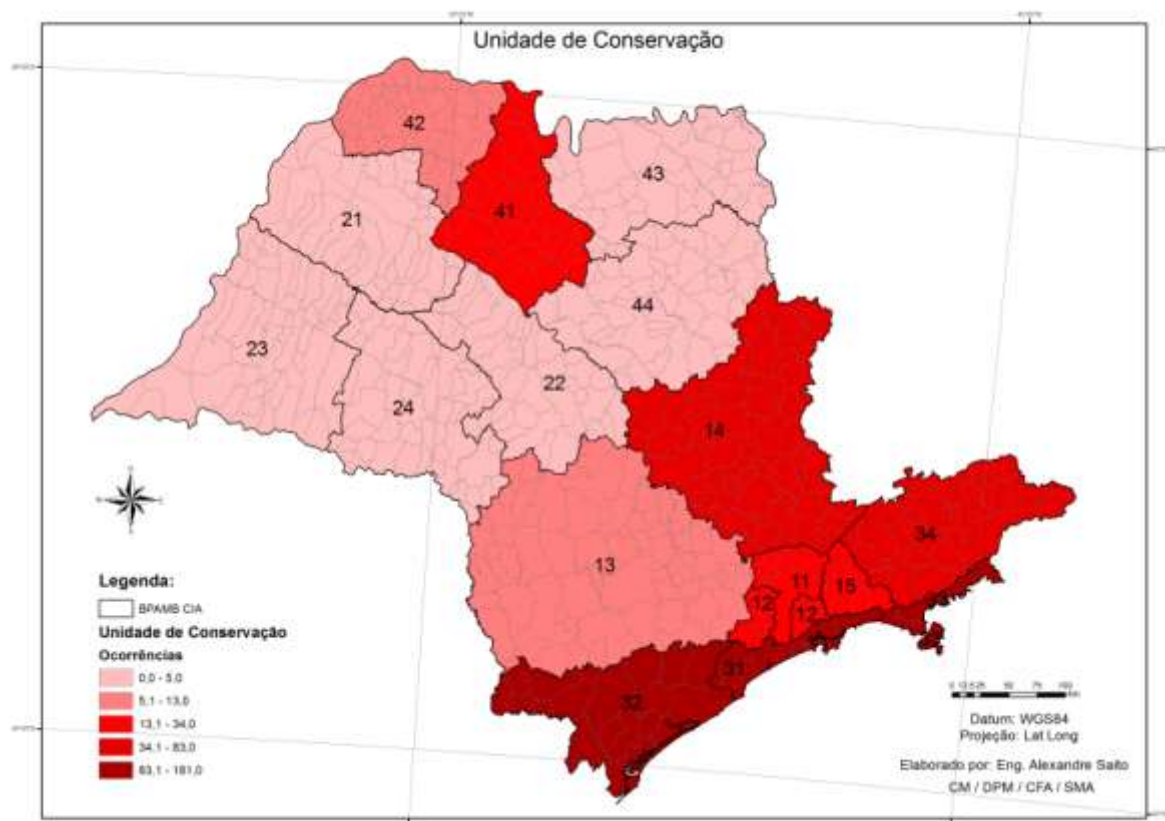


Figura 2 – Números de AIA aplicados em UC no período de 2008 a 2012 distribuídos por Companhias da PAMB.

8. TIPOS DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

Ações de fiscalização de rotina: atuação de equipe de fiscalização, para realização de trabalho rotineiro, dependente apenas do preparo profissional da equipe para o exercício da atividade;

Operações: conjugação articulada de ações de fiscalização, realizada por mais de uma equipe, com incremento de recursos humanos e materiais em relação à fiscalização rotineira, podendo ser integrada ou não entre as instituições, dependente de planejamento prévio e objetivo específico;

Fiscalização direta: ações policiais e operações desencadeadas diretamente nos locais onde os recursos ambientais estão sendo explorados ou sofrendo qualquer forma de intervenção ilegal;

Fiscalização indireta: ações policiais e operações desencadeadas nas fases que se seguem à exploração dos recursos, ou seja, nos momentos de transporte, armazenamento, beneficiamento, industrialização, comércio ou consumo.

9. FORMAS DE ATUAÇÃO

A pé: empregada para incursões em trilhas e locais de difícil acesso ou em pontos de visitação das unidades de conservação, bem como em serviços de guarda e vigilância. Deve contar com o apoio de serviço motorizado para distribuição e recolhimento do efetivo empregado. A composição das equipes deve considerar o efetivo necessário e adequado à missão a ser desempenhada, visando prioritariamente salvaguardar a integridade física de seus componentes;

Motorizado em veículos 4X4: empregado para incursões mais longas em acessos que permitam a utilização de veículos ou em pontos de posicionamento previamente designados em decorrência de sua reconhecida função preventiva, dada a visibilidade proporcionada pela viatura. A composição das equipes deve considerar o efetivo necessário e adequado à missão a ser desempenhada, visando prioritariamente salvaguardar a integridade física de seus componentes.

Embarcado: empregado em corpos d'água (lagos, lagoas e represas) e em cursos d'água (rios e canais navegáveis), bem como no mar, ao longo da região costeira. Tem a finalidade de prevenção e repressão aos atos que atentem contra o meio ambiente marinho e de águas interiores, bem como proporcionar apoio à fiscalização de ambientes terrestres. É condicionante para a sua execução o emprego de embarcações adequadas e equipadas ao ambiente a ser navegado. A composição das equipes deve considerar o efetivo necessário e adequado à missão a ser desempenhada, visando prioritariamente salvaguardar a integridade física de seus componentes;

Aéreo: empregado para fiscalização dos ambientes terrestre e marítimo, em voos de monitoramento e levantamento de áreas degradadas.

Permite a elaboração de diagnósticos sobre a situação da cobertura vegetal, tendências de ocupação de áreas, localização e acesso a pontos de degradação de difícil identificação pelos esforços terrestres e apoio às equipes de fiscalização em geral. A composição das equipes está condicionada à capacidade da aeronave.

A periodicidade e o planejamento dos sobrevoos, a definição das equipes, as atribuições e os produtos específicos relacionados à fiscalização aérea serão estabelecidos por ocasião da aquisição da aeronave destinada a este fim.

VANT: empregado para fiscalização dos ambientes terrestres para auxiliar na identificação de áreas prioritárias para ações de fiscalização, por meio de veículos não tripulados

Sensoriamento Remoto: empregado para fiscalização dos ambientes terrestre para auxiliar na identificação de áreas prioritárias para ações de fiscalização.

10. ETAPAS PARA A EXECUÇÃO DO PLANO DE FISCALIZAÇÃO:

10.1. Constituição dos Grupos de Trabalho

Ficam a seguir definidos os níveis hierárquicos de atuação entre a Polícia Militar Ambiental, a Coordenadoria de Fiscalização Ambiental, a Fundação Florestal, Instituto Florestal e Instituto de Botânica. Para tanto, foram consideradas as estruturas organizacionais das instituições envolvidas e a necessidade de definição dos canais adequados para fluxo de informações, bem como realização do planejamento, execução, controle e análise de resultados obtidos.

Supervisão Geral: Comando do CPAmb, Diretoria da CFA, Diretoria Executiva da FF e Diretorias Gerais dos Institutos.

Grupo Gestor Operacional – Representantes das instituições envolvidas nomeados por meio de Portaria do Gabinete do Secretário do Meio Ambiente de acordo com a Resolução SMA 76/2012. Este grupo é composto por uma **Gerência Executiva** que tem como atribuição o planejamento das atividades que serão executadas e que estão sob sua atribuição.

Coordenação Regional – Comandantes de companhia de policiamento ambiental, Diretores de Centros Regionais dos CTR/CFA e os gerentes regionais das unidades de conservação.

Gerência Operacional – Comandantes de pelotão de policiamento ambiental, Diretores de Centros Regionais e Núcleos dos CTR/CFA e os gestores das unidades de conservação ou núcleos de gestão.

10.2. Estabelecimento de Reuniões Operacionais e Regionais

As reuniões entre os órgãos participantes constituem o principal fórum para o planejamento integrado das ações e avaliação de resultados sendo divididas em dois níveis, um de gerência operacional e outro de coordenação regional:

Reunião da Gerência Operacional

Periodicidade: mínima de 1 (uma) por bimestre, devendo ocorrer na segunda “terça-feira” de cada mês, podendo ser solicitada a qualquer tempo, por motivos extraordinários, atendendo ao princípio da oportunidade;

Participantes: Comandantes de pelotão PAmb, diretores e técnicos dos CTRF e gestores de unidades de conservação de correspondência territorial, podendo abranger várias unidades de conservação e pelotões afins, sendo possível a participação de convidados, de forma consensuada;

Responsável pela organização: Polícia Militar Ambiental, Comandante de Pelotão;

Local de realização: definido pelo responsável pela organização;

Registro dos assuntos tratados: por meio de ATA confeccionada pelo responsável pela organização, com arquivo digitalizado e material impresso concluído e assinado pelos participantes na data da reunião, disponibilizado aos participantes e encaminhado via correio eletrônico aos Comandantes de Companhia, Diretores de CTRF e Gerentes Regionais das Unidades de Conservação para remessa aos escalões superiores de cada instituição

Pauta mínima:

- Ações de fiscalização: Planejamento conjunto das ações de fiscalização e das operações que envolvam a participação integrada de representantes das duas instituições, discriminando os apoios necessários, o foco a que se destinam as atividades a serem desempenhadas e os resultados esperados. Avaliação das ações acordadas na reunião anterior, bem como o registro daquelas que deixaram de ser cumpridas. Elaboração de relatórios estatísticos com indicadores de resultados das infrações ao meio ambiente, esforço e produtividade operacional.
- Normatização: Dialogo sobre os instrumentos legais e procedimentos administrativos como novos instrumentos legais, guia de procedimentos operacionais (GPO), procedimentos administrativos para firmar o Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCR), medidas de recuperação ambiental.
- Sistema de Monitoramento: dialogo sobre as ferramentas usadas no monitoramento ambiental, análise da eficiência dos indicadores de monitoramento, equipamentos usados nas equipes, dificuldades enfrentadas e possíveis soluções.
- Educação Ambiental: Atividades a serem desenvolvidas na região pelos órgãos.

Reunião da Coordenação Regional

- Periodicidade: mínima de 1 (uma) semestral, devendo ocorrer na segunda “quinta-feira” do mês subsequente ao trimestre analisado, podendo ser solicitada a qualquer tempo, por motivos extraordinários, atendendo ao princípio da oportunidade.
- Participantes: Comandantes de companhias e de pelotão P Amb, diretores e técnicos de CTRF, gerentes regionais e gestores das unidades de conservação de correspondência territorial, com participação de convidados de forma consensuada;

- Responsável pela organização: Polícia Militar Ambiental, Comandante de Companhia.
- Local de realização: definido pelo responsável pela organização.
- Registro dos assuntos tratados: por meio de Ata confeccionada pelo responsável pela organização, com arquivo digitalizado e material impresso concluído e assinado pelos participantes na data da reunião, disponibilizado aos participantes e encaminhado via correio eletrônico ao escalão superior das respectivas instituições;

Pauta mínima:

Análise e avaliação de pós-ações de fiscalização mensais, para verificação da eficácia do planejamento e execução operacional, buscando o contínuo aperfeiçoamento.

Planejamento conjunto de operações de maior envergadura, envolvendo os recursos humanos, discriminando os participantes, os apoios necessários, o foco a que se destinam, as atividades a serem desempenhadas e os resultados esperados.

10.3. Atividades, locais e órgãos envolvidos na fiscalização.

A Polícia Militar Ambiental, a CFA , Fundação Florestal, Instituto Florestal e Instituto de Botânica respeitadas suas atribuições e competências legais, deverão realizar as atividades de fiscalização rotineira no interior das unidades de conservação, no seu entorno e nas áreas de interesse de segurança ambiental.

A execução das ações de fiscalização pode ser conjunta ou individualizada por cada instituição, sendo integrado o planejamento, elaborado pelo comandante de pelotão do policiamento ambiental, pelo diretor da CTR e pelo gestor da unidade de conservação, subsidiado pelas informações obtidas durante as reuniões de gerência operacional, coordenação regional e nos demais contatos entre os envolvidos.

O efetivo do policiamento ambiental empregado para essa atividade deverá ser selecionado e fixado na função, considerando as peculiaridades desse tipo de atividade, devendo ser evitada a rotatividade de pessoal, buscando o aprimoramento profissional, a assimilação de rotinas e o conhecimento detalhado de cada unidade de conservação.

As principais atividades que merecem fiscalização rotineira no interior de UC são referentes à ocupação irregular, calça e palmito.

No planejamento das operações de fiscalização é necessário envolver os órgãos de outra esfera administrativa. As Secretarias Municipais de Obras

deverão ser envolvidas nos casos de ocupação irregular por serem responsáveis pela fiscalização dos “Alvarás de Construção” expedidos pelo poder executivo municipal. A falta desse alvará é um agravante que beneficia os trabalhos de fiscalização.

Já no caso de fiscalização do palmito em fonte de consumo (restaurantes, pizzarias), é importante a presença da Vigilância Sanitária, pois é o órgão responsável pela apreensão de produtos que não possuem as qualidades organolépticas apropriadas. A verificação da correta rotulagem dos vidros de palmitos é de competência do IBAMA.

A seguir, as atividades de órgãos que deverão ser envolvidos.

Atividades	Locais	órgãos	Órgãos externos que poderão ser envolvidos
EXTRAÇÃO IRREGULAR DO PALMITO	Trilhas	Funcionários da UC Policiais da PAMB	
	Fonte de consumo	Funcionários da UC Funcionários da CTR Policiais da PAMB	IBAMA Secretaria do Estado da Saúde Vigilância Sanitária Municipais
	Barreiras em estradas	Policiais da PAMB	Polícia Rodoviária (Federal ou Estadual) Secretaria da Fazenda (Postos Fiscais)
	Locais de beneficiamento clandestino	Policiais da PAMB	
OCUPAÇÃO IRREGULAR	Área de parcelamento ilegal (interior e zona de entorno imediato da UC)	Funcionários da UC Policiais da PAMB	Secretaria de Obras, Secretaria do Meio Ambiente do município.

CAÇA	Trilhas	Funcionários da UC Políciais da PAMB	
	Cativeiros fora da UC	Políciais da PAMB	
	Fonte de consumo	Funcionários da UC Funcionários da CTR Políciais da PAMB	IBAMA Secretaria do Estado da Saúde Vigilância sanitária Municipal
PESCA	Em rios, represa ou mar – Embarcados.	Políciais da PAMB	Capitania dos Portos IBAMA
	Atracadouros de descarga de pescado	Políciais da PAMB	IBAMA
	Embocaduras de Rios, ao redor de reservatórios – A pé	Políciais da PAMB	
	Locais de venda- mercados, peixarias, feiras livres (em época de piracema e defeso)	Políciais da PAMB	
INCÊNDIOS FLORESTAIS	Bordas das áreas protegidas, onde há contato com propriedades rurais; bordas de estradas que cortam as áreas protegidas.	Funcionários das UC Políciais da PAMB	Corpo de Bombeiro

11. PLANOS OPERACIONAIS DE FISCALIZAÇÃO DAS UC

11.1. Setores

Cada Unidade de Conservação deverá desenvolver um Plano de Fiscalização Individualizado.

Até que sejam elaborados esses Planos, cada UC deverá realizar a setorização dos espaços territoriais, bem como as áreas de entorno e de interesse para fiscalização deverão ser setorizados e descritos detalhadamente nas “Fichas das UC” (ANEXO 2).

Os setores deverão compreender a menor divisão territorial que permita o ordenamento das ações de fiscalização de rotina e a realização das operações;

Sua delimitação deve respeitar os limites adstritos às OPM empregadas no policiamento ambiental, a situação geográfica, as bacias hidrográficas e os limites territoriais de cada município;

Devem ser concebidas de acordo com as características das pressões sobre o meio ambiente, dos tipos e condição dos acessos e percursos, distâncias e logística das operações de vigilância;

A elaboração é integrada entre os comandantes de companhia e pelotões de policiamento ambiental, diretores de CTRF e os gestores e gerentes das unidades de conservação, resultando num produto único, de uso comum às instituições envolvidas;

Todos os setores devem ter pasta própria (individual) para arquivo das respectivas planilhas descritivas de setor, acompanhadas de cópias dos documentos de interesse, a exemplo dos relatórios de serviço, autos de infração, ofícios, fotografias, reportagens, enfim, todos os documentos que permitam, a qualquer momento, resgatar o histórico da dinâmica de policiamento ambiental empregada e dos problemas socioambientais detectados;

Os setores desenvolvidos para este Plano deverão ser incluídos no banco de dados do sistema de monitoramento dos CPAmb e CFA;

As alterações e adequações dos setores só devem ser realizadas de forma excepcional e devidamente motivadas, procedida de encaminhamento ao CPAmb para regularização do banco de dados.

11.2. Identificação das Áreas de Interesse de Segurança Ambiental ou Áreas Críticas

A identificação das Áreas de Interesse de Segurança Ambiental ou Áreas Críticas subsidia o planejamento das ações de fiscalização rotineiras e a realização de operações, devendo ser preenchida a Planilha de Planejamento (ANEXO 3);

Na descrição dessas área, deve considerar os diversos cenários críticos possíveis, sendo estabelecidas e atualizadas por ocasião das reuniões de gerência operacional e coordenação regional, constando nas respectivas atas de registro dessas reuniões;

São áreas situadas no interior de um determinado setor de policiamento ou abrangidas pelo conjunto de vários setores, que possuem características que as tornam focos potenciais de infrações ambientais, gerando riscos à unidade de conservação;

Sua identificação é dinâmica, podendo decorrer da análise de dados de origem estatística ou de outras fontes, tais como as informações colhidas junto à comunidade em geral, mídia, órgãos públicos e organizações não governamentais, além da própria contribuição dos integrantes da Polícia Militar Ambiental, CFA, da Fundação Florestal e dos Institutos.

12. MONITORAMENTO AMBIENTAL

A CFA e a PAmb já iniciaram o processo de mudança de paradigma com estruturação de seus trabalhos em Macroações coordenadas conjuntamente. Esta mudança de paradigma está apoiada na gestão da informação ambiental por meio da tecnologia de coleta e tratamento de informações. Por uma entrada serão as informações de inteligência devidamente processadas como ferramenta de planejamento, procurando identificar as áreas de maior pressão e os ecossistemas mais ameaçados. Como outra entrada de informações o sensoriamento remoto será intensivamente utilizado identificando e mensurando as infrações ambientais e acompanhando a recuperação ambiental.

O monitoramento por meio de imagens se dará em diferentes escalas espaciais e temporais de forma coordenada. O monitoramento sistemático de toda a área do projeto será feito com a utilização de imagens de satélites que permitam a identificação de alterações maiores com tempo de revisita de duas a três vezes ao ano. Patrulhamentos em escala maior e conforme demanda serão realizados por helicópteros e, para mensurar com precisão e com grande detalhamento, serão ativados os veículos aéreos não tripulados (VANT) que, por fim, darão suporte às patrulhas em campo que visitarão as áreas.

A coordenação destas informações será realizada em salas de situação, aumentando a eficiência das ações.

Todas as informações geradas nas ações de fiscalização deverão ser gerar um banco de dados que será periodicamente analisado e avaliado pela Supervisão Regional.

O estabelecimento de indicadores que mensurem a produtividade e eficácia operacional do Plano será definido em reuniões da Coordenação Regional e da Gerência Operacional.

Mensalmente serão identificados os resultados das operações com os indicadores ambientais conforme ANEXO 4.

13. PROGRAMAS DE SUPORTE

Os programas de apoio deste Plano serão os de Capacitação Continuada; de Interação dos Órgãos Ambientais; de Comunicação e; Divulgação e de Gerenciamento.

Programa de Capacitação Continuada: objetiva treinar e capacitar os técnicos, policiais para atuarem na fiscalização.

Programa Interação Socioambiental: objetiva estreitar o relacionamento com os órgãos ambientais que atuam regionalmente de forma a otimizar os recursos – humanos e financeiros - e o tempo necessário para conter, prevenir ou corrigir uma atividade danosa ao meio ambiente. Objetiva também buscar estratégias de educação ambiental e comunicação com a população.

14. ESTRATÉGIAS PARA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE FISCALIZAÇÃO

Realização de 6 (seis) Oficinas Regionais de lançamento do Plano

Objetivo:

- Apresentação do Plano e Avaliação
- Estabelecimento de *modus operandis*
- Estabelecimento de cronograma físico de implantação das etapas do Plano, do Sistema de Monitoramento e de elaboração dos Programas

Realização de uma Reunião Geral com o Plano Concluído

Objetivo:

- Apresentação do Plano para o Comando geral da PAMB e para os Dirigentes da FF e CFA

15. RESPONSABILIDADES

Coordenadoria de Fiscalização Ambiental - CFA

- Colaborar tecnicamente com o Policiamento Ambiental e com a FF nas questões relativas à aplicação dos AIA em UC, a interpretação da legislação e elaboração de laudos técnicos;
- Implantar e disponibilizar banco de dados georreferenciado e imagens de satélites em escalas temporais e espaciais
- Promover articulação institucional com órgãos públicos e demais setores, com o objetivo de otimizar as ações de fiscalização.
- Auxiliar na identificação de áreas prioritárias para ações de fiscalização,

por meio de sensoriamento remoto e por veículos não tripulados (VANT).

Polícia Militar Ambiental - PAmb

- Efetuar o policiamento ostensivo, preventivo e repressivo relativo aos temas aqui tratados.
- Proceder a autuações administrativas e adotar providências decorrentes quando do cometimento de infrações à legislação ambiental.
- Auxiliar na identificação de áreas prioritárias para ações de fiscalização, por meio de sobrevoos, sensoriamento remoto e por veículos não tripulados (VANT).

Fundação Florestal, Instituto Florestal e Instituto de Botânica

- Elaborar os laudos técnicos e acompanhar os Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA) quando a atividade de degradação ambiental ocorrer no interior das UC.
- Alimentar o Banco de dados com informações complementares (ex perfil do infrator ou ocupante) de acordo com o Plano de Manejo da UC.
- Prestar apoio necessário para embasamento de ações judiciais junto a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo.
- Auxiliar na identificação de áreas prioritárias para ações de fiscalização, por meio de sobrevoos.

Obrigações comuns

- Desenvolver estudos e ações conjuntas visando ao aprimoramento da fiscalização e do monitoramento ambiental.